

O LUGAR DA MULHER NEGRA E O DA ANALISTA NO BRASIL: UM ENSAIO CLÍNICO-POLÍTICO DA FUNÇÃO NEGRA DA ESCUTA

THE PLACE OF THE BLACK WOMAN AND THE ANALYST IN BRAZIL: A CLINICAL-POLITICAL ESSAY OF THE BLACK FUNCTION OF LISTENING

Clarice Pimentel Paulon 1
Thamires Kelly Andrade Barbosa 2

Resumo: Trata-se de um ensaio clínico-político que tenciona as articulações históricas do Brasil concernentes ao lugar da negritude, em especial, da mulher negra. Através da forma como Gonzalez utiliza a noção de memória trazendo à tona materialidades atuais do cotidiano racista brasileiro também o faz a psicanálise na clínica com diversos conteúdos de teor histórico-inconsciente. Podemos endereçar o lugar da mulher negra brasileira como a analista no Brasil. Sua posição e as possibilidades transferenciais com ela desenvolvidas, produzem uma escuta material quanto as subjetividades, todas atravessadas pelo mito relativo a essa mulher. A mulher negra é objeto a, assim como deve ser a posição do analista. Ela está na centralidade do Édipo Brasileiro e, também, no erotismo da cultura. Endereçar questões analíticas a ela que, em sua exterioridade, sustenta a fantasia da identidade do povo brasileiro, produz efeitos de rememoração e resignificação para um Brasil que pode se descobrir e ser outro.

Palavras-chave: Clínica. Política. Memória. Mulher Negra. Transferência

Abstract: This clinical-political essay intends to strain the historical articulations of Brazil concerning the place of blackness, in particular, of the black woman. Through the way in which Gonzalez uses the notion of memory, bringing up current materialities of the Brazilian racist daily life, also psychoanalysis in the clinic does so with various historical-unconscious content. We can address the place of the black Brazilian woman as the analyst in Brazil. Her position and the transference possibilities developed with her, produce a material listening regarding subjectivities, all crossed by the myth of this woman. The black woman is object a, just as the analyst's position should be. She is in the centrality of the Brazilian Oedipus and, also, in the eroticism of the culture. Addressing analytical questions to this woman who, in her exteriority, sustains the fantasy of the identity of the Brazilian people, produces effects of remembrance and resignification for a Brazil that can discover itself and be another.

Keywords: Clinic. Politics. Memory. Black Woman. Transference

- 1 Psicóloga, psicanalista, mestre e doutora em psicologia pela USP, especialista em gestão em saúde pública pela UNICAMP. Pós doutora pelo Instituto de Psicologia da USP. Atualmente é professora e supervisora da Residência em Rede da prefeitura de São Paulo, co-coordenadora do GITS (Grupo de Investigação de Territórios e Subjetividades) da USP e membra do projeto sobre Mal estar colonial do Rede de Redes (UFMG). Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação de Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Araraquara. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4025775678638356> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4881-7725> . E- mail: claricepp@gmail.com
- 2 Mulher negra, periférica, psicóloga graduada pela Universidade Federal Fluminense, campus de Volta Redonda. Pesquisadora no tema Psicanálise, gênero, raça e saúde mental. Integrante do Coletivo Nacional ENEGRECER. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5356862910858208>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0356-1009>. E-mail: psi.andrade.barbosa@gmail.com

Introdução: Das relações múltiplas do registro histórico com a psicanálise

Há muitas acepções do termo história em psicanálise. Possivelmente, essa gama de distintas acepções constitui-se pelo caráter de báscula que a disciplina apresenta: ao tratar de condições psíquicas aponta sua diagnóstica ao meio social, ao *modus operandi* da cultura e às modalidades de subjetivação possíveis, associando, como bem enunciou Freud, as predisposições inatas às primeiras experiências de vida (FREUD, 2017): “[...]poderíamos arriscar a entender a própria constituição como o precipitado das influências acidentais sobre a infinita série de antepassados.”(2017,p.108). Esta definição, utilizada por Freud em um texto no qual ele desenvolverá sua teoria e prática clínica sobre a transferência, evidenciando as condições necessárias para a condução da vida amorosa e suas idiossincrasias, diz do lugar de contingência e de “hereditariedade” para a constituição psíquica: aspecto que coloca a história em um lugar central na teoria freudiana, dado que essa hereditariedade se apresenta através de registros simbólicos, discursos, não-ditos, dentre diversas outras manifestações que localizam o sujeito sem que ele seja totalmente determinado por esses aspectos.

Em momento posterior da teoria, no ensaio “Moisés e a religião monoteísta”, Freud (2018) apresenta uma outra forma de construir registros historiográficos: faz uma distinção entre três histórias que atravessariam a teoria psicanalítica: a História (Geschichte), a história conjectural (Historie) e a história vivencial (Historisch). A história conjectural associada à estrutura dos mitos e aos traços diferenciais da cultura, articula-se com a história vivencial e seus aspectos experienciais frente ao legado cultural (AMBRA; PAULON, 2018). Estas articulam-se, ainda, a História, este campo pouco aprofundado em Freud, que diz de “um exercício da história como um desvelamento da verdade para além da aparência e, mais do que isso, de uma verdade ligada ao *escrito*” (AMBRA; PAULON, 2018, p. 414).

Nesse ensaio freudiano, vemos, portanto, uma verdade desvelada para além da aparência, que constitui o psiquismo a partir de três eixos principais. Uma historiografia que passa pelo escrito dos documentos, mas, também, do que podemos depreender das fissuras que deixou (tal como depreendido na noção de letra¹), dos indícios que ficaram, perseguindo uma verdade ocultada pelos registros formais, porém, presente na ideia de movimento, ação, tal como Freud realiza, em um momento outro de sua teoria, entre ambos textos supracitados, em seu ensaio: Moisés de Michelângelo (2015), através do que o autor denominou como “método Morelli”: um método utilizado para descobrir obras de arte falsas que percorria essas obras através de seus detalhes: linhas dos dedos e ouvidos, por exemplo, que um copista, por mais detalhista que fosse, não reproduziria de forma idêntica. Nas ciências da linguagem ele é muito próximo do que se denominou “paradigma indiciário”, contido na obra “O queijo e os vermes” (GINZBURG, 2006).

Vemos, a partir da articulação destes três ensaios, concluídos em “Moisés e a religião monoteísta” (FREUD, 2018) que a noção de verdade articulada aos modos de funcionamento dos registros historiográficos é associada à noção de enunciação e essa aponta para a História. Sem a História não há possibilidade de contingência, apenas de repetição de articulações mal-ajambradas entre a história conjectural e a vivencial. A História é necessária para a percepção de fissuras.

Neste ensaio clínico-político² utilizaremos-nos destas três formas de compreender a história em Freud: daquela apresentada na “Dinâmica da transferência”, entre hereditariedade e contingência; aos tempos dos registros históricos e seus regimes de verdade em “O Homem Moisés e a religião monoteísta”, passando pelos indícios de “Moisés de Michelângelo” e suas possibilidades de enunciação, para, assim, apercebermo-nos de uma psicanálise atenta aos registros da história no inconsciente e seus efeitos de repetição e elaboração possíveis, através do retorno ao passado para vislumbrar horizontes futuros atravessados pela contingência, quando de um passado vivido e deixado “em seu devido lugar”. Falamos de uma psicanálise, portanto, de mãos dadas com a

1 A noção de letra, depreendida de Lacan em seu seminário livro XX, (1985) se apresenta como um litoral entre saber e gozo, realizando uma separação entre esses dois domínios, delimitados a partir de uma marca, decalque.

2 Para mais desenvolvimentos sobre a noção de clínica-política: ROSA-DEBIEUX, Miriam A clínica psicanalítica em face à dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Editora Escuta, 2017.

história para que exista direção do tratamento, dado que é a partir destas possíveis articulações historiográficas que será possível viver narrativas apontadas para o futuro.

O historial clínico *Brasil*

Sigamos, agora, essas pistas historiográficas em território brasileiro. Nos anos 2020, a historiadora e romancista Micheliny Veruschk (2022) afirma que, ao realizar sua pesquisa para a produção do romance: “O som do rugido da onça (2021) deparou-se com o documento deixado por Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), botânico alemão, que registrou os biomas brasileiros, tal como os conhecemos até hoje e registrou, também, a população nativa, categorizando-a como *fauna*. Juntamente com sua catalogação da natureza brasileira, produziu um diário de campo e um romance de auto-ficção, que continha cenas de suas relações com uma indígena nativa, apresentadas de forma ambivalente: *eróticas e paternas, ora de cuidado ora de exploração*.”

Podemos observar que Martius realiza, nessa articulação, dois feitos fundantes: um tripé de uma subjetividade científico-ocidental que consiste em um estudo do meio (empírico), uma descrição de seus processos (dinâmico) e uma narrativa, constituída a partir do encontro e desencontro entre personagens (historiográfico), formando o que entendemos por contexto, até os dias de hoje. Realiza esse feito dentro de uma perspectiva *colonial*, evidenciando as referências centrais de civilidade, organização e progresso nos desenvolvimentos europeus da época. Além disso, sua ficcionalização, realizada de forma ambivalente, traz notícias do lugar do *sexual* e do *infantil* nos corpos em território brasileiro, perspectiva que será desenvolvida mais adiante neste texto.

Devido a este trabalho, ainda hoje, no Brasil, temos o *Prêmio Von Martius de sustentabilidade*, que registra e autoriza, assim, a memória e história do país, calcadas nesta escrita da fauna e flora brasileira, longe da civilização e de qualquer traço de humanidade: um prêmio que sustenta a história oficial do Brasil de que “não havia vida civilizada e humana, antes dos europeus chegarem aqui” (VERUSCHK, 2022). A historiadora ainda continua, ao afirmar que se a tese de Von Martius é a que fundamenta a história do Brasil, entende-se, por conseguinte, o lugar dos corpos brasileiros na atualidade e a forma como tratamos a diversidade de povos existentes no território. Veruschk afirma, então, que a história do Brasil é “lacunar e criminosa” (2022).

Refletindo sobre as condições que fundam a história do Brasil atual, calcadas no eurocentrismo e no apagamento constante de nossas origens criando, inclusive, monumentos que confirmem ainda mais esse apagamento, Veruschk (2022) sugere que a história seja feita a fim de rachar nossos monumentos. Devemos, então, continuar seguindo os rastros (indícios) deixados pela verdade do povo latino-americano, não nos deixando afetar pelo “barulho dos documentos”. Nesse sentido, a forma que propomos aqui lidar com a história na psicanálise, a partir de sua tripla articulação que possibilita suas formas de enunciação e registros de verdade, vinculadas à outros conceitos clínicos, tal como o de construção, em Freud (2017) ou o método Morelli, utilizado pelo mesmo, em Moisés de Michelângelo (2015), contribuem para seguir a verdade contida nesses apagamentos e a consequente produção da verdade subjacente as nossas práticas cotidianas, tal como a de opressão e violência no Brasil contra o povo negro, por exemplo.

A história oficial do Brasil, há pouco tempo, mal apresentava os movimentos de resistência e luta popular da população negra frente ao trabalho escravo. Também não apresentava o protagonismo da população negra na luta abolicionista, na construção dos direitos e da cidadania (tal como saúde, cultura e assistência social), apropriando-se de produções culturais dessa população, entendendo-as como *brasileiras*. O apagamento do protagonismo negro no Brasil é um projeto que se articula as práticas eugenistas, sendo construídas em todos os campos de atuação das políticas públicas: na saúde com práticas manicomial³ e higienistas⁴, na cultura com o apagamento

3 vide a construção do nosso primeiro hospital psiquiátrico, Dom Pedro II, edifício que hoje abriga a UFRJ e que, dentre seus internos, albergava, em grande parte população preta e pobre, acusada de burlar a chamada “Lei da Vadiagem”.

4 importante lembrar aqui o exemplo dado por Rita Segato em seu texto: *O Édipo Negro* (2021) que apresenta o discurso racista travestido de discurso da saúde ao afirmar que as amas de leite poderiam trazer doenças e mazelas aos bebês brancos, através do leite, fazendo uma campanha de amamentação para as mães biológicas que

das origens do samba, na educação apagando educadores negros, tal como Querino⁵, na saúde, ainda, apropriando-se das práticas de cura desse povo e dos povos originários, hoje, muito bem articuladas através das PNPICS (práticas integrativas e complementares em saúde), por exemplo⁶.

Clóvis Moura, sociólogo e historiador brasileiro, apresenta de forma bastante contundente a forma como, em prol da “civilização e modernização” europeias, a cidadania do povo negro foi sendo confiscada, e a população mantida no lugar de objeto, propriedade de senhores ou de uma determinada classe social, as elites, mesmo após a Lei Áurea. O autor (MOURA, 2014) após analisar as temporalidades do escravismo no Brasil, entendendo-os como pleno e tardio, aponta que as políticas de miscigenação do país funcionam a partir de uma lógica do embranquecimento da população e apresenta as culturas africanas e o aquilombamento como formas de resistência, leitura apagada para a sustentação do discurso hegemônico da democracia racial, em nosso território. Moura (2014), totalmente avesso a essa perspectiva, afirma sobre as diásporas e sobre o movimento negro no Brasil, apresentando a autonomia e altivez de um povo marcado pelo trabalho escravo e pela pauperização. Constitui-se assim, o denominado “mito da democracia racial”, efeito do apagamento de lutas da população africana e da relação imaginária das elites brasileiras com o continente europeu.

Duas verdades obliteradas pelo “mito da democracia racial” (o apagamento das lutas da população de origem africana e o imaginário branco europeu que paira sobre as elites brasileiras) no Brasil se apresentam de forma patente na constituição subjetiva atual, voltando na forma de sintomas, tal como desenvolveu Gonzalez (1984) a partir da noção de neurose brasileira, para enunciar sobre o racismo. Neste ensaio observamos que essa neurose se constitui também a partir da construção ideológica que se tem, no Brasil, com o significante trabalho, constituído a partir de um lastro escravagista recalcado com a chegada dos imigrantes-trabalhadores, relegando o entendimento dos corpos negros à *objetos* o que, dentro de um sistema capitalista, significa como *propriedades* de outros corpos e classes.

Calcando-nos, então, nas palavras de Lacan (1998) de que “a interpretação [...] é coextensiva a história” (p. 604), propomos aqui uma via interpretativa desses traços conjecturais que se repetem no Brasil e que são vivenciados⁷ cotidianamente pelas pessoas que habitam esse território. Essa interpretação advém da recuperação dessa História (Geschichte) brasileira, com o legado deixado por Clóvis Moura, e da realização de uma historiografia psicanalítica dos apagamentos discursivos e seus efeitos. Apresentaremos como horizonte de tratamento e de retomada da história a mulher negra como o protótipo da função do analista⁸ no Brasil, dado que ela, segundo Gonzalez (1984) ocupa o lugar de *objeto a*: causa de desejo e rebotalho, justamente o lugar que, segundo Lacan (1998), o analista deve ocupar, para que se efetive a transferência, da sua imaginarização à sua dissolução.

Essa relação transferencial no território é desenvolvida em seu processo histórico através de uma análise do *sexual brasileiro* empenhada por Bastide, em *Psicanálise do cafuné* (2016), como mostraremos mais à frente no texto e evidencia que as posições que a mulher negra ocupa, seja na casa grande, como mucama da sinhozinha seja com o senhor de engenho – são ambas posições originadas na sexualidade estrutural e estruturante da cultura brasileira. Posições estas que remetem ao cerne do desenvolvimento da transferência, tal como preconizado por Freud (2017) sobre o investimento libidinal do analisante sobre a figura do analista, sendo estes de caráter *erótico*, *terno* ou *hostil* e territorializados, no Brasil, a partir do corpo dessa mulher.

O corpo da mulher negra evoca memória, história e desejo fundantes de um país que vive as

reforçou o preconceito contra as mulheres negras, ocupantes desse espaço.

5 Aqui referimo-nos a “O colono preto como fator da civilização brasileira” de Manuel Querino, texto a partir do qual o autor evidencia as insurgências contra os senhores de escravo bem como a notabilidade dos descendentes africanos em solo brasileiro.

6 mais informações sobre essas produções podem ser acessadas no Projeto Querino, um podcast que possui extenso material audiovisual e de arquivo, produzido pela rádio novela, e idealizado e organizado pelo pesquisador Tiago Rogero.

7 Em todos os momentos que utilizarmos os termos conjectura, vivência e História nesse texto, eles estarão diretamente remetidos à história conjectural, vivencial e a História freudianas, submetidas, portanto, aos regimes de verdade desses registros.

8 Aqui nos referimos ao analista como função, a partir da noção de semblante de objeto a, tal como apresentou Lacan em seu texto: *A direção do tratamento e os princípios do seu poder* (1998)

memórias repisadas da escravidão e é objetalizado devido a marca do recalque em relação ao lastro escravagista no significativo trabalho: todas as suas atividades estão significadas em elementos libidinais que outros realizam nela, a partir do que sua presença evoca. Uma mulher objeto de desejo do senhor de engenho e de ternura da sinhazinha, ama de leite de seus filhos. Encontra-se aí, nessa sua livre circulação esvaziada de subjetividade, o que denominaríamos na psicanálise com *suposto saber*, essencial a transferência em análise.

Compreender, portanto, o lugar da mulher negra como o lugar de analista no território, reconhecendo a sua posição e seu trabalho seria alçar sua circulação à possibilidade de interpretação e retificação subjetiva do *caso Brasil*, fazendo rachaduras no monumento da democracia racial e desvelando a verdade sobre essa América Ladina (GONZALEZ, 1988). Ao reinscrevê-la em seu lugar de analista, quem sabe, outros elementos do Brasil possam ser elaborados e, então, possamos sonhar com um horizonte de transformação histórica e elaboração coletiva no país, sem que esse processo tenha que ser individualizado e privilégio de alguns poucos. Quem sabe assim, também, a função possa circular e possamos todos, *enegrecer nossa escuta*: retomar uma história obliterada por um sintoma e dissolvê-lo em novos saberes e caminhos.

Para tanto, neste ensaio clínico-político, iremos circular pelo trabalho de análise e escuta conduzido por mulheres negras, atravessados pelas marcas historiográficas do país, observando como esse trabalho se desenvolve em termos de transferência devido a essa *imago* negra e apontar, a partir da lógica do reconhecimento do desejo e do trabalho, para a posição de sujeito da mulher negra, e, portanto, do exercício da função de analista, como função enegrecedora da escuta, que possa, então, se universalizar.

Das escutas do borralho: o trabalho obliterado pela “boa vontade” – Imago negra

O borralho, tido como esse lugar da cozinha e das cinzas, é também de onde renasce a fênix, afinal, ele remete às cinzas que ainda produzem calor e podem voltar a queimar. Ao longo dos anos 1990, nas novelas brasileiras, o lugar do borralho era o lugar da cozinha, relegado a mulher negra como personagem que assumia todo o trabalho reprodutivo de uma casa (grande)⁹. Ao longo de tais novelas, sempre haviam cenas nas quais uma mulher branca, a “boa sinhazinha” entrava na cozinha, lamentando-se, falando de todas as suas questões amorosas, os seus problemas com o pai, a sua angústia quanto a ocupar um espaço público como mulher¹⁰ e a mulher negra, a empregada, paciente e cuidadosamente, escutava, perguntava, sugeria algumas coisas que estavam fora de sua condição e alçada, dada a desigualdade social contida na cena, porém, obliterada pela suposta *horizontalidade da conversa* que faziam com que a boa sinhazinha encarnasse sua feminilidade e seguisse sua heroica jornada. Ao mesmo tempo, havia também a “má sinhazinha”, que entrava na cozinha espezinhado a empregada, caçoando de sua falta de fineza e, ainda assim, não se abstendo de seus serviços¹¹. Essa escuta reproduzida e construída nas novelas, representada pela mulher negra na cultura brasileira, encarna o que é esperado da saúde mental no Brasil nos dias de hoje: escuta, acolhimento e “transformação” (em alguns casos, sustentação de privilégios, mascarados como diferenças, obtidos, justamente, pelo apagamento da mulher negra na cultura). Essa representação possui alguns antecedentes históricos que tentaremos ficcionar nesse ensaio e que dizem respeito ao campo da transferência.

Bastide (2016) em “Psicanálise do Cafuné”, apresentará a função das mucamas, escravas que acompanhavam as sinhazinhas nas fazendas de engenho na Bahia ao longo de seus afazeres

9 Essa personagem encontra-se desde os clássicos infantis tal como o Sítio do Pica-Pau Amarelo, em tia Anastácia, como em novelas como A Indomada, O rei do gado, Terra Nostra, dentre outras produções culturais e evidencia, historicamente, o lugar da mulher negra nos núcleos rurais e urbanos das novelas e seu significado na cultura brasileira.

10 Importante marcar: evidentemente, questões que se escutam em uma análise.

11 Mais recentemente na versão do Big Brother Brasil em 2023, em um dos “rachas” da casa, um grupo de mulheres brancas apelidou, carinhosamente, a mulher negra que se colocava pertencente ao mesmo grupo que elas de “mummy” (mamãe). A repetição deste significativo quando associado a essa mulher não diz de uma coincidência ou novidade, mas de um lugar estruturalmente constituído na história do país. Para mais informações e análises: https://www.instagram.com/p/CqDT6TeOxqI/?utm_source=ig_web_copy_link

cotidianos e explicitará uma atividade pouco apresentada ao redor do globo em outras elites: a prática do cafuné na cabeça das sinhazinhas pelas mucamas, ritual analisado pelo antropólogo como índice da relação homossexual recalcada entre mulheres e dos traços de convivência em uma sociedade escravocrata, na qual a mulher negra, excluída da sua condição de cidadã e relegada ao lugar de objeto, era, então, objeto sexual de ambos os brancos: senhor de engenho e sinhazinha. Essas práticas, ritualizadas em nossa cultura, deixam lastro nas relações transferenciais com a posição da mulher negra: desejada (e excluída) e acolhedora. Nas palavras do sociólogo:

[...]o importante é que aqui o gesto deixa de ser um simples gesto utilitário para se transformar em um cerimonial demorado e complicado, uma lenta carícia da mão hábil entre os cabelos soltos, uma festa da preguiça nas horas quentes do dia, que não é mais uma medida de higiene ou de limpeza da cabeça, mas a procura de um prazer; e que este prazer é um prazer ancorado nos costumes de certo tipo de sociedade: a sociedade escravagista, que se reveste assim de um caráter sociológico. É preciso, portanto, mostrar sucessivamente como um gesto utilitário pôde transformar-se em um gesto de prazer e, então, procurar no cafuné uma metamorfose da Libido; ver, em seguida, a razão pela qual essa metamorfose se transformou em uma espécie de instituição social, um costume coletivo, em vez de permanecer como um hábito próprio de alguns indivíduos e, assim, completar a interpretação psicanalítica por uma explicação sociológica (p. 194).

Esse gesto, o cafuné, é então ritualizado, segundo o autor, por uma mulher específica: a mulher negra, que ao ser colocada nessa posição, na cultura, estabelecerá, portanto, relações transferenciais a partir desta posição. Outra antropóloga, um pouco mais adiante, Rita Segato (2021) em “O Édipo Negro” afirma sobre o lugar da ama de leite e suas derivações para ama seca e babá como fundantes da constituição edípica brasileira sendo a exclusão sobre esse reconhecimento a partir do discurso higienista, sem abster-se da necessidade elitista do exercício dessa função, segundo a autora, o principal causador do racismo e da misoginia em nosso país, dado que a mulher negra é necessária e desejada, porém, sem participar das gramáticas de reconhecimento que a possibilitem assumir uma posição sujeito, relegada ao lugar de objeto na cultura.

Este lugar, de exclusão desejante faz com que a produção de transferências no campo da clínica psicanalítica, quando ligadas a mulher negra, sejam articuladas tanto em sua *horizontalidade* quanto em sua *verticalidade*. Segundo Zygyris (2003) o campo da clínica psicanalítica deve sustentar-se nesse duplo funcionamento da transferência: a vertical, muito bem elucidada pela maior parte das teorias psicanalíticas, tratando das relações de autoridade a partir da imago paterna e a horizontal, que diz das relações fraternas e que sustenta o espectro lúdico do vínculo. Segundo a psicanalista, sem o exercício da transferência horizontal a direção do tratamento torna-se prejudicada, dado que é nesse nível transferencial que é possível sair das repetições de autoridade e da constante emboscada de evitação da confrontação e dissolução edipiana. Segundo Zygyris:

Eu a havia distinguido de um outro tipo de transferência: a horizontal, em que temos uma relação menos desigual, ainda que assimétrica – o analista pode ser levado a expressar algo daquilo que é indizível ou impensável para o próprio analisando e onde ele funciona, segundo a terminologia anglo-saxã, como um “eu-auxiliar” (2003, p. 07).

A analista (mulher negra) ocuparia, então, tanto o lugar evidenciado por Segato (2021) da mãe preta quanto o da mucama, apresentado por Bastide (2016). Ela sustentaria, dentro do lastro histórico do Brasil, a mãe preta e seu lugar de acolhimento e sabedoria e, também, o da mucama,

causa de desejo e fundadora de certo erotismo brasileiro, calcado na mulata como objeto de desejo, tão bem apresentado por Gonzalez (1984). Vemos nessa ficcionalização do lugar do corpo da mulher negra na cultura brasileira que ele ocupa o lugar de objeto a como *semblante* (LACAN, 1992), suturando as relações entre trabalho e reconhecimento, obliterado aqui pela ideia de “boa vontade”. Esse semblante é constituído pela articulação entre a História e a história vivencial, que produz repetições contínuas e não consequentes destes aspectos da cultura: as coordenadas conjecturais não se apresentam tornando essa articulação, de certo modo, imune às relações de contingência. A relação imaginizada, calcada na cultura que produz esse efeito sobre o corpo da mulher negra apresenta a construção de um suposto saber no horizonte, se articulado a história conjectural, ou seja, as fissuras dessa imagem: uma mulher que sabe das origens infantis e da sexualidade, uma mulher que sabe sobre o *inconsciente brasileiro*, que, porém, quando destituída desse saber, torna-se fetichizada.

Essa dupla inscrição (vivencial e Histórica) produz uma clínica conduzida por mulheres negras que é intensa e que lida de forma mais crua e direta com as histórias de abuso e construções fantasísticas de analisantes: é comum o acesso a relatos de opressão e violência de forma mais direta, a apresentação e a abertura ao traumático se encontram mais rapidamente: poderíamos dizer que *o universal (territorializado) da escuta se encontra em ouvidos negros*: o trauma, as fantasias primordiais, a sexualidade infantil e o hereditário freudiano se encontram mais rapidamente ali. Deste modo, o material clínico apareceria de forma mais contundente e direta e isso pode ser resgatado também em nossa cultura, quando vemos as representações que estas mulheres ocupam nas telenovelas brasileiras, principalmente até o início dos anos 2000.

A mulher negra, em sua presença, demarca a fundação desse inconsciente calcado no recalque primordial da negritude e do escravagismo no Brasil produzindo um entrelaçamento Histórico e vivencial: Real e Imaginário, se quisermos. Esse entrelaçamento constitui o vínculo (ZYGOURIS, 2003) basal através do qual irá alicerçar-se a transferência, introduzida por esse corpo:

O que sustenta as palavras? O tecido do vínculo é o real entre dois organismos humanos. Trata-se, antes de tudo, de uma característica da espécie humana, uma realidade feita de “sentires” (*fellings*), emoções, em sua maioria inconscientes, mas também conscientes, de sensorialidades que nada têm de especificamente analíticas, inclusive na sessão analítica. O que faz vínculo entre dois humanos são os alicerces de uma presença [...] É a partir desses alicerces que um se liga ao outro e que o vínculo se estabelece ou não. É aí que a transferência se entrelaça (ZYGOURIS, 2003, p. 11).

A presença diz, portanto, de uma corporeidade. Imaginariamente, no Brasil, essa corporeidade, que é colocada pra jogo, na cena pública, no trabalho e no desejo é a da mulher negra e é necessário que dessa articulação possamos extrair consequências. Ao circunscrever a noção de corpo pretendemos retomá-lo aqui a partir da perspectiva do semblante do objeto-a, que produz, então, um primeiro movimento transferencial na análise, de identificação, acolhimento e desejo (submetidos a lógica inconsciente do analisante), sendo este demarcado, no Brasil, pela necessidade de uma escuta que retome o reconhecimento ao corpo da mulher negra como produção de saber, reabrindo, deste modo, a superposição ainda presente no Brasil entre trabalho e escravidão.

O que denominamos aqui de *imago negra* na transferência diz dessa retomada das posições de autoridade e cuidado, nas palavras de Zygouris (2003), transferência vertical e horizontal, para a direção do tratamento, transferências essas que se associam com a posição histórica de determinados agentes no Brasil: o senhor de engenho, a sinhozinha e a mulher negra nas posições de mucama, ama de leite e babá.

Trabalho, enegrecimento e reconhecimento: a função da analista e a mais-valia

Podemos nos perguntar, a partir dos rastros deixados para além e com os nossos documentos de fundação do país: quantos ouvidos olvidados são necessários para formar uma escuta no Brasil? Qual *miscigenação* ocupa nossa história e produz ruídos em nossos ouvidos que os capacitem a escutar a verdade? Vemos que o lugar histórico da verdade – relegada ao apagamento – no Brasil demarca também onde se ampara o lugar psíquico do brasileiro: essa entidade que vai de Gilberto Freyre a Clovis Moura, que transita entre as brasilidades e constitui esse curioso caso do brasileiro – não racista, que reconhece o racismo; não machista, mas que sabe da violência de gênero – observando aqui a hiância, que se apresenta como uma cisão entre enunciado e enunciação, entre o que é dito e o que fica por dizer e que, de alguma forma, constitui a *nega-ativa*¹² no dito. A negritude compõe o que dizemos às avessas do nosso dizer. Para além da negritude e como condição anterior do estabelecimento desta, os povos originários da América também fazem parte desse olvido, esse lugar que, no Brasil, nós mal sabemos onde está e, por isso, expropriamos (sem saber onde nos posicionarmos nessa terra de alguém, alguém não reconhecido).

A subjetividade brasileira foi, assim, desenvolvendo-se a partir da negação da negritude como constituinte de suas origens. O apagamento dessa presença acontece, inclusive, dentro do campo da saúde mental: o pioneirismo negro de Juliano Moreira (SANTOS, 2021), Neusa Santos Souza (AIRES; TAVARES, 2021) e de Fanon, amplamente citado por Basaglia, porém tardiamente integrado aos preceitos da reforma psiquiátrica no Brasil (PASSOS; MORAES, 2021) são exemplos desse apagamento. Porém, como mencionado acima a partir de Bastide (2016) e Segato (2021), a presença da negritude, especificamente da mulher negra, é fundante na cultura e subjetividade e, conseqüentemente no lugar transferencial ocupado pelo profissional de saúde mental no Brasil, dado que esse lugar representa o lugar do *cuidado*: assim, um caso curioso acontece no país – o encontro de uma certa condição psicanalítica europeia à uma certa condição de subalternidade do trabalho fazem laço no território.

A analista no Brasil vem de além-mar, constitui o que Lélia Gonzalez nomeou como *Améfrica Ladina* (1988), aquele lugar onde o recalque consolidou-se em uma pele – a negra, em uma cultura – as diversas africanas que nos compuseram, em uma sociedade – a escravocrata. Ela tem sangue e leite negros pelas suas diversas ocupações trabalhistas – os ditos trabalhos reprodutivos, tal como colocou Rita Segato (2021), e que constituem a base de toda e qualquer atividade humana – cuidar de uma casa, dos filhos – seus e dos outros – de uma cultura e educação – mas, que a elite brasileira supõe que é sua condição e privilégio – devido a sua posição escravocrata.

O trabalho, assim, obliterou-se pela noção de “boa vontade”. A mãe preta, como enuncia Gonzalez (1984), pronta a acolher e acudir o seu senhor e senhora, sem qualquer restrição de horário e de recortes de função, ou seja, de limites, tal como o exercício doméstico desenvolvido posteriormente no Brasil, ocupa-se por “boa vontade” e acolhimento de toda e qualquer questão que esteja alheia a ela, compondo o tecido social através da exclusão de sua subjetividade e do “oferecimento” de seus serviços. Ela seria o elemento externo capaz de produzir conjunto (e *valor*) dentro da identidade nacional.

Esse valor *identitário*¹³ produzido pela posição histórica e cultural da mulher negra é o que se retira de mais-valia sobre seu trabalho não reconhecido. Essa mais-valia apropriada por uma elite branca no Brasil sustenta, dialeticamente, a posição da mulher negra como *objeto-a*¹⁴ agora associada a uma posição gozoza branca¹⁵ quando do não reconhecimento da mulher negra como

12 Gonzalez (1984) fará uma brincadeira com a noção de negativa em psicanálise e a nega-ativa, ao afirmar sobre a verdade que se evidencia na construção do lugar da mulher negra no Brasil.

13 O termo identitário aqui está sendo utilizado de forma irônica a fim de evidenciar o paradoxo existente entre um conceito – o de valor, que é dialético – e a noção de identidade, muitas vezes remetida a uma certa fixidez de posição quando entendida, dentro do discurso capitalista, como propriedade.

14 A homologia entre mais-valia e objeto-a encontra-se estabelecida por Lacan em seu seminário, Livro XVI: De um Outro ao outro (2008)

15 Aqui podemos nos remeter a todo o espectro de branquitudes, que podem ser melhor analisados em: BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/foruns/racismo-institucional/Caderno-Racismo.pdf>; GUERRA, A. Branquitude e Psicanálise: segregação

sujeito. Trabalho e propriedade se articulam aqui evitando a construção de um saber inconsciente sobre a nossa história. Saber que é vivenciado pelo corpo da mulher negra e que, ao ser estabelecido como conjectural, pode vir a produzir retificações subjetivas.

Seu trabalho, não reconhecido porque escravo, inviabiliza que seja reconhecida como cidadã, dado que “não trabalha” e sim, é submetida, o que se relaciona de modo peculiar com o funcionamento da psicanálise no país, dado que seus desenvolvimentos se dão por regimes de filiação e não de regulamentações públicas, sejam elas estatais ou não¹⁶ (PAULON, 2022). Os trabalhadores são identificados aos imigrantes europeus, que chegam após a abolição da escravatura no Brasil e este apagamento, inclusive, produz rachaduras na própria composição sindical do país e no termo “trabalho” – subentendido como algo temporário no tecido social, ao qual você se endereça por um tempo para que, um dia, não mais precise trabalhar e se torne “empreendedor”¹⁷: trabalhar continuamente é submeter-se e escravizar-se no Brasil (o retorno ao lastro escravagista apagado) e esta questão não tem correlato direto em países cuja desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social se efetivou: trabalhar no Brasil é negrecer.

Em outra das análises empreendidas auscultamos o apagamento desse trabalho e seu aprisionamento em objeto. Ao formar-se médica, o peso das antepassadas encontra-se em seus ombros e a analisante negra lembra das marcas do sutiã deixadas nos ombros da avó, que se queixava do peso de seus seios. Identifica-se (e é identificada) à enfermeira do ambulatório e não consegue discutir casos com seus professores. É necessário pegar mais plantões para ajudar nas contas de casa: duplas jornadas, muito diferentes das possíveis jornadas médicas e pavor ao peso que o erro pode causar em seu percurso profissional a acompanham. Quando a história deixará de ser peso nos ombros e se tornará motor de transformação aos descendentes de pessoas escravizadas?

A mais-valia, que não pode ser reconhecida, vira uma espécie de abuso sobre esse corpo, ao acessá-lo pelo ouvido ao invés do olvido, talvez a retificação subjetiva se faça presente nos processos de análise, dado que é a extração desse excesso de gozo que a analista irá operar, para fazer emergir o desejo e a construção do saber inconsciente. A analista enquanto propulsora deste objeto causa de desejo irá operar justamente nesse excesso, podendo, pelo trabalho de transferência, construir essa ponte entre passado, presente e futuro, removendo assim as amarras do destino¹⁸, possibilitando a transmissão de um saber geracional e histórico.

A mulher negra está, portanto, em muitas posições transferenciais na cultura brasileira. Ela faz parte da nossa história como empregadas domésticas, com babás, como amas de leite, como trabalhadoras que sustentam um lar, sendo colocadas em um lugar mítico, que a impede de tornar-se cidadã. Ela é entendida como esse lugar da escuta sem barreiras ou julgamentos, aquela que escuta e sempre tem algo a compor e, mesmo quando é impedida de dizer, como no caso da “má sinhazinha”, trazida na sessão anterior, diz desaforadas verdades ao longo das novelas, restituindo o lugar da verdade e de um saber que a “sinhazinha má” nunca terá, mas que a “sinhazinha boa”, via transferência, pode construir a partir de uma necessidade de escutar a diferença e de mudar, então, de seu lugar alienado de branca, presa ao regime patriarcal e as necessidades de uma sociedade que também a oprime. Se ela puder escutar o que está além de seu engajamento epidérmico, olhar, através de sua alvura o que se constitui nos recônditos do Brasil profundo verá a sua negritude e, arriscamos dizer: o seu inconsciente negro, que, quando recalcado, torna-se negreiro.

racial e a matriz colonial do saber disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60052/751375152618>; SCHUCMAN, L. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?format=pdf&lang=pt>

16 Podemos obter um pequeno exemplo desse processo a partir de duas vias: (1) quando observamos que entre analistas há forma de nomeação remetidas a um certo discurso familista: freudianos, lacanianos, kleinianos, etc, que dizem mais de um lastro hereditário que de um método de trabalho; e (2) entre os lacanianos, em especial, é comum que utilizemos termos como função ou ética para dizer do processo de análise, apagando, no entanto, a noção de trabalho desse processo.

17 Uma análise marxista-psicanalítica sobre a condição de trabalhador e seu lastro escravagista no Brasil será realizada posteriormente com o devido cuidado pois trata-se de assunto extenso e complexo, que foge da temática do presente ensaio.

18 Utilizamos aqui da fórmula empreendida por Bairrão (2000) de que “analisar é mudar o destino”. Esta fórmula se articula a partir de dois princípios lacanianos: “analisar é mudar o ser” e “o que se atinge é o destino” (LACAN, 1966) – entendendo o destino como as amarras significantes. Voltaremos a essa questão ao longo da parte final do texto.

Entre a benevolência e a maldade da sinhazinha reside, também, o lugar de ideal da mulher branca na cultura brasileira: a mãe-jurídica – já que, como evoca Segato (2021), ela não cuida e sim a babá, porém, dá o nome e as condições de subjetivação à criança (muito semelhante aí a função do “pai”, na psicanálise), a mulher casta e sem desejo, a enfermeira do senhor de engenho, tal como aponta Bastide (2016), a mulher que pela sua alvura só consegue acessar seu desejo em uma condição limite: a de estrangeiridade – entre as negras e as prostitutas polacas, talvez, ela não precise ser beata.

Essa posição gozoza encontrada no ideal de branquitude (entre senhores de engenho e sinhazinhas) que não reconhece, então, a mulher negra como sujeito dado que não reconhece seu trabalho e sim, a coloca no lugar de propriedade, é o que impossibilita a construção de um saber inconsciente sobre as condições fundantes do país. Na dialética hegeliana do Senhor e do Escravo, vemos que o que fica inacessível ao Senhor é o saber, sendo este, do Escravo. Este saber, imputado a um objeto inumano como o escravo, torna-se produto, dado que o que é impossível ao senhor é compreender que a construção desse saber se dá pela *lógica do trabalho* – inacessível ao senhor sob a pena de deixar de sê-lo, inacessível ao reconhecimento do trabalho do escravo sob a pena de considerá-lo humano. O saber entendido como produto se torna objeto acessível a senhores privilegiados que podem obtê-lo. Reconhecer que o saber é *construído* e não *possuído* implica em pensarmos o trabalho inconsciente e não as “propriedades” inconscientes. Deste modo, o que a dialética hegeliana evidencia na extração de mais-valia do saber do escravo é o próprio apagamento do trabalho e uma alienação a noção de acesso direto a um saber (já-dado). O reconhecimento do trabalho passará pelo reconhecimento do desejo e, então ao acesso ao registro da história conjectural, ficcionada nas fissuras e reentrâncias dos nossos documentos.

Clínica, escuta, materialidade e interpretação: transferências de cafuné

Estamos sempre dispostos e condicionados a nos entregar ao que confiamos e devotamos à mulher negra. É nossa história e nossa verdade. Nossa história e nossa violência. No podcast da Folha, “A mulher da casa abandonada” (2022) essa condição adquire uma alva espessura: “era minha amiga, brincava comigo quando criança” – dizia Margarida, a dona abandonada da casa. Ao mesmo tempo que dizia: “ela não trabalhava, minha mãe perguntava e ela dizia que tinha limpado os móveis e não tinha. O que eu podia fazer? Eu era criança.” O que fica enunciado aí, porém não dito é: “ela era criança, como eu”. Por que uma criança trabalharia e outra não? As crianças todas mentem para que possam se divertir? Que infância é essa, relegada a uma empregada doméstica-menina? Que lugar é esse, de uma branca, menina, que adalteceu e acha que continua brincando de bola-queimada com sua amiga-empregada? Vemos aí como social e psíquico não são idênticos um ao outro e sim, *moebianos*¹⁹: há feitos de um e outro que não são rebatidos em uma idêntica reciprocidade, mas que conduzem a um complexo jogo que estrutura a realidade – é necessário dizer de responsabilização subjetiva e inimputabilidade jurídica a partir dessa tessitura.

Quando o sentido sobre um corpo se torna único e imaginarizado, articulado, portanto, a uma função gozoza da lei, temos a vinculação entre corpo e propriedade. Um corpo que se torna propriedade de outro que pode reclamá-lo a partir do direito contratualista, para que continue sob modo de exploração (e, portanto, sem responsabilização subjetiva já que o corpo do outro não adquire humanidade). Segato (2003) afirmará que essa construção é possível porque dar ao feminino o atributo místico torna a mulher alheia à cidadania e, como os deuses, é então tida como propriedade dos homens e sustenta, nessa propriedade, a dignidade de uma sociedade. Diz a autora:

[...] a posição ambivalente da mulher como um termo que participa desse ciclo de economia simbólica, mas que também constantemente se coloca como sujeito social e psíquico,

19 Figura topológica que, pela torção de uma das bordas que une um círculo, apresenta o continuum-torcido entre dentro e fora.

diferenciado e capaz de autonomia, faz com que uma parte dela se adapte a posição a ela atribuída, mesmo que permaneça um resto que não caiba inteiramente em seu papel na ordem vigente, um algo mais, uma livre-agência, um desejo outro que não o da submissão. A mulher, nesse sentido, é uma posição híbrida, um anfíbio da ordem do status e da ordem do contrato, com uma inserção dupla no sistema total de relações (SEGATO, 2003, p. 145) (*tradução livre*).

Segato diz da mulher em suas diversas raças e etnias nesse texto. Essa posição híbrida que se traduz como externalidade ambivalente conduz toda uma relação do feminino com o desejo, a demanda, o gozo e suas relações. No caso da mulher negra, entretanto, para além da ambivalência, a mesma autora (SEGATO, 2021) irá afirmar de sua foraclusão na sociedade e cultura brasileiras, constituindo, como efeito, a nossa branquitude como misógina e racista.

Foraclusão, termo que diz de um apagamento que é irretornável na simbolização, que só aparece a partir de um ato, de uma ação, de algo que se sustenta na existência, diferente do recalque, simbolizável, dito, articulável, interpretado – na foraclusão um dos registros falta para que possamos consolidar uma significação para além da nossa epiderme, ou seja, do nosso registro concreto e literal. A antropóloga nos propõe essa leitura a partir da análise histórica no Brasil do apagamento das amas de leite, amas secas e babás, e, assim, de nosso traço afetivo também, como já citado neste ensaio. Um apagamento que diz da nossa verdade: não conseguimos encarar mulheres negras sem dizer de onde somos: do encontro da tradição com o borralho.

A mulher negra, então, foracluída e, a partir dessa foraclusão, compondo com os processos de subjetivação brasileiros, faz parte das transferências horizontais e verticais das constituições vinculares do país. Em termos de transferência vertical como a mãe preta, apresentada por Segato (2021), em termos de transferência horizontal como a mucama, apresentada por Bastide (2016). Ela, ainda, nas elucidações de Gonzalez (1984) permanece na posição de *objeto a*, na cultura brasileira, dado que representa o recalque. É essa mulher que é desejada – “a mulata tipo exportação” e ao mesmo tempo que é rebotalho, lixo – segundo as palavras da autora (GONZALEZ, 1984), por estar em trabalhos minorizados, de sobrevivência – um desejo recalçado que se institui, pela *negativa*. Pela negação de sua verdade. Vemos, então, materializada nas condições de existência e corporais dessa mulher um entrelaçamento de transferências, desejo e rebotalho – construção que sustentaria o que chamamos de função do analista (LACAN, 1998): a função de colocar em movimento a construção de um saber inconsciente e, para isso, sustentar, no corpo, a possibilidade de divisão subjetiva para a emergência do sujeito em análise.

Para além da discussão endogâmica que os termos foraclusão e recalque possam provocar na diagnóstica da psicanálise, é evidente que tanto Segato (2021) como Gonzalez (1984) miram, com uma única flecha, e acertam a alvura brasileira que se faz pelo apagamento e exclusão da negritude e que produzem um sintomático delírio: um delírio à flor da pele, um sintoma da nossa lida com a memória: seria a cultura brasileira uma adolescente borderline, carregando na pele aquilo que não se dissolve e nem se ancora a símbolo algum no nosso território? Seja por uma leitura que convoque nossa relação com a memória²⁰, tal como faz Gonzalez (1984; 1986), seja pela via do ato, como propõe Segato (2021) a elaboração elegante da primeira, situando a mulher negra como *objeto-a* da cultura brasileira é o que causa a liga, que evidencia a mulher negra como essa grande analista no Brasil.

A analista é a mulher negra: objeto de desejo, rebotalho do sujeito

Quem nos afirma essa liga é Lacan (1998) que diz sobre a escuta estruturada pela linguagem e desenvolta a partir da experiência, essa, que não se encontra apenas no registro do imaginário, mas compõe a cena enunciativa de toda e qualquer história conjectural-vivencial com pitadas de

²⁰ É a partir da memória e das possibilidades de resignificação que a história apresenta como lastro simbólico que os horizontes do futuro podem se alterar, evitando a repetição do traumático. Essa constatação é clínica e também política.

repetição e aberturas transformativas. Dizia ele que o analista deve situar-se como semblante de *objeto-a* do analisante – diríamos nós, a partir das elucidações de Lélia Gonzalez (1984), que o analista ocupe esse lugar de desejável e deplorável – tal como a autora nos diz sobre a mulher negra na cultura brasileira.

É como *objeto-a* que conseguimos nos constituir como essa escuta em ato para a “sinhazinha boa” e a “sinhazinha má” – a escuta sem barreiras. É desse lugar de rebotalho-desejo que a verdade pode enunciar-se. No caso do Brasil: a verdade negra de sua branquidão. Dita, lá no primeiro hospital de alienados de Dom Pedro II, dita nas falas higienistas, dita, sem dizer, em uma limpeza étnica que teme enunciar sua verdade: O Brasil não é europeu. O Brasil é ladino. O Brasil é amefricano.

Se, voltando ao início deste ensaio, não nos haveremos com a História (Geschichte) em sua conjectura, nossas constatações estarão sempre no plano da história vivencial juntamente com a História: baseadas na presentificação do recalque e no apagamento do reconhecimento de nossas origens. Um país que não reconhece a sua história, nunca poderá avançar rumo ao desejo e sim ficar nos olhos daqueles patriotas como a grande esperança que nunca foi fundada – sempre mítica, ideal e irreconhecível: porque não somos (europeus).

Para uma análise desse caso brasileiro é necessário resgatar os traços do seu passado. É necessário negritar-se. O sintoma brasileiro, essa construção entre a forclusão de Segato (2021) e o recalque de Gonzalez (1984) só conseguirá ser olvida – e aí sim, colocada em seu lugar de justeza no tempo – quando auscultada por ouvidos enegrecidos: relegar o negreiro ao passado e abraçar a negritude do nosso território. Quando reconhecermos o cheiro e o suor negros na nossa história e, só aí, poderemos dizer de um país: latino, brasileiro, verdadeiro. É necessário negritar nossa escuta.

A mulher negra sustenta ao mesmo tempo em que é excluída a fantasia de subjetivação e identidade do povo brasileiro. O papel do analista se relaciona com isso na medida em que deve escutar em ausência, presentificando o discurso do inconsciente: deve escutar as amarras significantes para que o sujeito possa posicionar-se a partir delas (LACAN, 1988). No entanto, para este trabalho, é necessária uma presença que faça barra. Presentificar a mulher negra na escuta clínica é qualificar essa escuta na medida em que se presentifica um signo cultural brasileiro recalçado/ foracluído que, no entanto, compõe, em ausência, sua presença. Importante que seja negritado aqui que não é porque a psicanálise trabalha e lida com o campo da fantasia, inclusive possibilitando uma historiografia das produções inconscientes, sobre processos e posições das pessoas na cultura, que essa análise deve ter o efeito de ratificar posições. Pelo contrário, é a partir do retorno desse conteúdo de memória recalçado que ele pode se ressituar e, então, ser transformado.

A articulação entre a mulher negra e a função da analista no Brasil retorna aqui no reconhecimento da noção de cuidado e de análise como *trabalhos*. Só assim será possível ao saber que ele circule e não fique submetido a um estatuto gozante da propriedade. Por isso se faz necessário passar pela mulher negra como imago das posições transferenciais em jogo no Brasil para que então a escuta enegreça, retornando dos recônditos de nossa história e possa, finalmente, vir a ser uma função universal, de todos que estão posicionados nessa articulação historial: para que exista um verdadeiro universal (comum) não é possível que ele se faça a partir de exceções. Fizemos aqui uma tentativa de radicalizar alguns conceitos em suas articulações historiográficas no território para que eles não sejam meras metáforas da materialidade e sim efeitos de uma práxis.

As cinzas também são o lugar da fênix, já que ela ressurgue e se transforma delas. Será que do nosso borralho também haverá espaço para a transformação e o renascimento? Tal como Mateus Aleluia enuncia em seu “Amor Cinza”: “Não aceito quando dizem que o fim é cinza/ Eu vejo o cinza como um início em cor” – que o Brasil negrite-se para transformar-se e colorir.

Referências

AÍRES, Suely; TAVARES, Jeane Encruzilhadas e entrelinhas: a atualidade do pensamento de Neusa Santos Souza. In. DAVID, E.; PASSOS, R.; FAUSTINO, D.; TAVARES, J. (orgs). **Racismo, subjetividade e saúde mental: pioneirismo negro**. Porto Alegre: Hucitec, 2021.

AMBRA, Pedro; PAULON, Clarice Pimentel. O analista é o historiador: verdade, interpretação e

perplexidade. **Rev. Psicologia USP**, vol. 29, n. 03, 2018.

BAIRRÃO, José Francisco. Clínica e Sociedade: O que será um psicanalista? **Boletim formação em psicanálise**, São Paulo, vol. 09, n. 02, pp. 7-22, jul/dez 2000.

BASTIDE, Roger. Psicanálise do cafuné. **Jornal de Psicanálise** 49 (91), 189-203, 2016.

FELITI, Chico. **A mulher da casa abandonada**. Podcast, Folha de São Paulo, 2022.

FREUD, Sigmund. Sobre a dinâmica da transferência. *In.*: FREUD, Sigmund **Fundamentos da Clínica Psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FREUD, Sigmund. Construções na análise. *In.*: FREUD, Sigmund. **Fundamentos da Clínica Psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FREUD, Sigmund. O Moisés de Michelangelo. *In.*: FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FREUD, Sigmund. **O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

GONZALEZ, Lelia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro** Nº 92/93 (jan/jun), 1988.

LACAN, Jacques. **O seminário livro XX: Mais...ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

LACAN, Jacques **O seminário livro VII: A ética da psicanálise**: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

LACAN, Jacques. **O seminário livro XVII: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1992.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios do seu poder. *In.*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques **O seminário livro XVI: De um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

MOURA, Clovis **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

PASSOS, Rachel; MORAES, Andressa “Entre os sambas, os bambas e a loucura”: o discreto protagonismo de D. Ivone Lara na saúde mental. *In.* DAVID, E.; PASSOS, R.; FAUSTINO, D.; TAVARES, J. (orgs). **Racismo, subjetividade e saúde mental: pioneirismo negro**. Porto Alegre: Hucitec, 2021.

PAULON, Clarice Pimentel. Psicanálise: ocupação ou puxadinho da história? **Revista Traço**: São Paulo, 2022. Disponível em: https://revistatraco.com/04_psicanalise-ocupacao-ou-um-puxadinho-da-historia/

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. Jundiaí: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018.

ROGERO, Tiago **Projeto Querino**. Rádio Novelo. Apoio: Instituto Ibirapitanga.2022. Disponível em: <http://projetoquerino.com.br/> Acesso em: 07-set.2022

SANTOS, Ynaê Crítica à degenerescência racial e reforma psiquiátrica de Juliano Moreira. *In.* DAVID, E.; PASSOS, R.; FAUSTINO, D.; TAVARES, J. (orgs). **Racismo, subjetividade e saúde mental: pioneirismo negro**. Porto Alegre: Hucitec, 2021.

SEGATO, Rita. O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. *In.*: SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SEGATO, Rita. Las estructuras elementares de la violencia: contrato y estatus en la etiología de la violencia. *In.* SEGATO, Rita. L. **Las estructuras elementares de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2003

VERUNSCHK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

VERUNSCHK, Micheliny. Psicanálise e território: rugidos transgeracionais do colonialismo no Brasil. [Entrevista cedida a] Clarice Paulon, Aline Rubin e Augusto Coaracy. **Instituto Gerar**. São Paulo, 09-nov-2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/@InstitutoGerar/videos> Acesso em: 29-nov.2022

ZYGOURIS, R. **O vínculo inédito**. São Paulo: Escuta, 2003.

Recebido em 16 de Janeiro de 2023.

Aceito em 08 de fevereiro de 2023.